

A SERVIÇO DA CATEGORIA

FASUBRA CUT

# Jornal do SINTUFRJ

www.sintufrj.org.br

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

# TODOS AO ATO DO DIA 18, ÀS 10H, NA REITORIA

Chegou a hora de garantirmos a carga horária de 30 horas semanais para os trabalhadores dos hospitais universitários (HUs). A oficialização das 30 horas é um direito. E direitos se conquistam com muita mobilização e luta. Para isso, temos que dar visibilidade à nossa reivindicação com a participação maciça dos companheiros no ato do dia 18, próxima terça-feira, às 10h, com concentração no hall da Reitoria.

30 horas



É importante que todos os trabalhadores dos HUs estejam presentes.  
Todos ao ato público  
Pela oficialização das 30 horas para os hospitais  
Dia 18, terça-feira, às 10h  
Concentração no hall da Reitoria

## DOIS PONTOS

## Editorial

## Crueldade do governo não tem limite Agora quer reduzir salário...

Qual será o limite do governo quando se trata de atacar os servidores e os serviços públicos?

Primeiro, impôs o projeto de lei da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), que leva a franca privatização dos hospitais universitários (HUs) e que já chegou ao Senado.

Agora empurra mais um ataque aos servidores também no Congresso Nacional: um projeto de lei que ataca direitos adquiridos e reduz salários, preparando o caminho para a tal empresa chegar aos HUs com tudo pronto para o arrocho.

O PL 2203/2011, assinado pela ministra do Planejamento, Miriam Belchior, não só reduz o salário dos médicos federais, como o valor dos adicionais de insalubridade e periculosidade.

O projeto impõe que metade dos salários dos médicos conste como vencimento e a outra metade como vantagem pessoal (VPNI). Isto é um absurdo, pois na proporção em que há reajustes, essa parcela vai desaparecendo.

## ...e acabar gradativamente com a insalubridade

O governo estabelece valores fixos para adicionais de insalubridade ou periculosidade, que hoje são percentuais calculados sobre o vencimento básico. Se o projeto de lei for aprovado, quem tem o grau mínimo de insalubridade (5% sobre o vencimento) vai receber R\$ 100. Quem tem grau médio (10%) vai receber R\$ 180. Quem tem grau máximo (20%) vai receber R\$ 260. Quem recebe periculosidade (10%) vai receber R\$ 180. A diferença para o valor que o servidor ganha atualmente também vira vantagem pessoal gradativamente absorvida a cada reajuste. Ou seja, o salário fica congelado até a parcela sumir.

### Essa luta é de todos!

Em que pese o erro de condução da gre-

ve que nos levou a ficar mais um ano sem reajuste, a truculência do governo com o movimento vai ficar na história. Truculência não apenas por não negociar, não receber o Comando Nacional da Greve ou pela judicialização da greve. Mas principalmente por tentar destruir a organização dos trabalhadores e por todos os ataques desferidos contra os servidores.

Ataques que partem diretamente do Ministério do Planejamento.

Temos que enfrentar esta situação e conseguir a retirada destes dispositivos do projeto de lei.

Agora, mais do que nunca, é importante que a Fasubra tenha maturidade para superar divergências internas. Fomos derrotados nesta greve, o movimento está fragilizado, mas não está vencido.

Vamos reagir. Mas sozinho, o SINTUFRJ não pode fazer muito. É preciso unidade com todo o serviço público. Temos que unir forças.

Essa luta será dura. É hora de entendermos a gravidade do momento e nos unirmos para enfrentar esses ataques.

## Nossos Direitos



### Conheça trechos do PL 2203/2011 que podem usurpar nossos direitos

#### Seção XX

Art. 44. A partir de 1º de julho de 2012 os valores do vencimento básico dos cargos de médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, são os fixados no Anexo XLIII a esta Lei, para os respectivos níveis, classes, padrões e jornada de trabalho, com efeitos financeiros na data nele especificadas.

(...) § 1º Na hipótese de redução de remuneração, de proventos de aposentadoria ou de pensão em decorrência da aplicação das tabelas de que trata o caput, eventual diferença será paga a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos ou das remunerações previstas nesta Lei, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza. § 2º A VPNI de que trata o § 1º estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

#### [...] Seção XXIV

Dos Adicionais de Insalubridade e de Periculosidade

Art. 86. A Lei nº 8.112, de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 86. Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres, perigosos ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas, ou com risco de vida, fazem jus a um adicional, conforme os valores abaixo:

I - grau de exposição mínimo de insalubridade: R\$ 100,00;

II - grau de exposição médio de insalubridade: R\$ 180,00;

III - grau de exposição máximo de insalubridade: R\$ 260,00; e

IV - periculosidade: R\$ 180,00.

#### ...“(NR)

Art. 87. Caso o disposto nesta seção acarrete redução do valor global da remuneração total de servidor ativo que, na data de entrada em vigor desta Lei, vinha recebendo adicional de insalubridade ou de periculosidade, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada de, conforme o caso, adicional de insalubridade ou de periculosidade, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos ou das remunerações previstas nesta Lei, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza, sem prejuízo da supressão imediata na hipótese do art. 68, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990. [...]

## Qual o Lugar da Escola de Educação Infantil na UFRJ?

Esse é o tema do seminário organizado pela PR-4 e pela Escola de Educação Infantil da UFRJ. Será dia 21/10, das 9h às 17h, no auditório do 6º andar (sala 614), o prédio da Reitoria.

### Programação:

9h às 12h – Mesa de debates sobre a resolução. Convidados: Decano do CFCH, Marcelo Macedo Corrêa e Castro; diretora da FE, Ana Maria Monteiro; diretora do CAP, Celina Costa; representante do Sintufrj e da Adufrj.

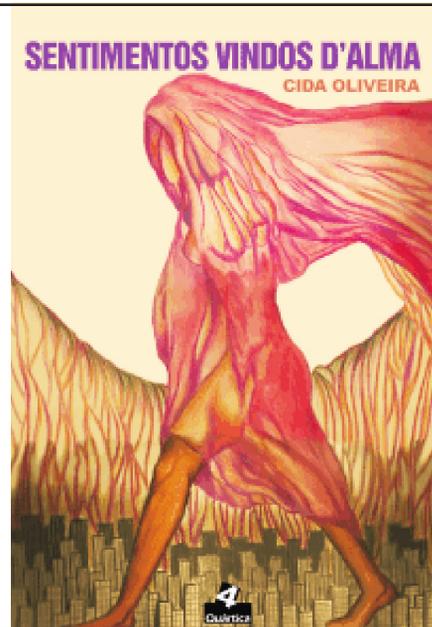
13h30 às 17h – Grupos de discussão.

## Saraiva lança livro de Cida

A Editora Litteris/Quártica informa que o livro *Sentimentos vindos d'alma*, de Cida Oliveira, funcionária do SINTUFRJ, será lançado na Livraria Saraiva (rua do Ouvidor, 98-A, Centro), no dia 11 de novembro, sexta-feira, das 17h às 19h. “Conto com a presença de vocês neste momento tão importante”, diz Cida, agradecida.

A obra teve sua primeira divulgação na Bienal do Livro, no Rio Centro, no dia 7 de setembro.

A capa também é obra de outro artista do SINTUFRJ, Luis Fernando Couto: “Val” Caran D’ach e Grafite sobre papel Scoeller, 40x50cm, 2011, da coleção “Segredos”.



## TAEs integram comissão estatuinte

Daniele São Bento, Renato Sartori e Vera Barradas são os representantes técnico-administrativos em educação indicados pelo SINTUFRJ na comissão paritária (que inclui ainda três representantes docentes e três estudantes) que vai organizar e sistematizar o processo de revisão do Estatuto da UFRJ.

A comissão tem a finalidade de organizar a eleição dos componentes do fórum estatuinte e sistematizar a discussão para formulação do estatuto sob decisão final do Conselho Universitário. Ainda não começaram as reuniões porque isso dependia da escolha de nomes definidos na última reunião do Conselho, dia 13.

Os técnicos-administrativos tiveram recentemente uma vitória com a ampliação de sua participação de um para três representantes, em composição paritária com os segmentos docente e discente.

Na sessão, foram apreciados ainda os destaques finais da política de assistência estudantil, aprovada na sessão anterior do colegiado, aprovados recursos emergenciais para demandas da Superintendência Geral de Atividades Fora da Sede e o calendário de atividades acadêmicas para o ano letivo de 2012.

Para alunos da graduação em geral, o primeiro período vai do dia 5 de março a 13 de julho; o segundo, de 6 de agosto a 14 de dezembro e o período especial de 2 de janeiro a 1º de março.

Para os alunos do CAP, o primeiro período começa no dia 8 de fevereiro e termina em 13 de julho; o segundo começa no dia 30 de julho e termina em 21 de dezembro.

O calendário prevê ainda os recessos de carnaval de 2012 (dias 23, 24 e 25/2), Natal e Ano-Novo (22 a 31/12) e carnaval de 2013 (14, 15 e 16/2); e ainda recessos por feriados nacionais e locais.



Dias 8, 9 e 10 de novembro, no auditório E2 da Faculdade de Letras.

Não perca, faça já seu cadastro no site [www.sintufrj.br](http://www.sintufrj.br)

## Unimed

Conseguimos com a Unimed um desconto de 5%, e sem carência para utilização do plano, nas inclusões que forem feitas nos meses de outubro e novembro de 2011 (ver tabela no site).

# PLENÁRIA DA CUT: Liberdade e autonomia sindical só com o fim do imposto sindical

## 13ª Plenária

LIBERDADE E AUTONOMIA  
Por uma nova estrutura sindical



**CUT** BRASIL  
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES  
www.cut.org.br

A maior central sindical da América Latina e a quinta maior do mundo encerrou dia 7 de outubro, em São Paulo, sua 13ª plenária aprovando seu plano de lutas para nortear as futuras ações da entidade. E também definiu a data do Congresso Nacional da CUT, programado para o período de 9 a 13 de julho de 2012.

O plano, dividido em 15 grandes eixos, tem como ênfase liberdade e autonomia, terceirização, luta pela terra, previdência, serviço público, educação, política econômica, política internacional, política energética, política de saneamento, saúde, direitos dos trabalhadores, democracia e participação.

Foi reafirmado o posicionamento contra todo tipo de terceirização, que se traduz na gestão fraudulenta e na precarização da mão de obra. Na mesma linha, a Central defende a revogação das leis de organizações sociais e a luta contra a privatização e a concessão de portos, aeroportos, rodovias e leilões de petróleo à iniciativa privada.

Para a coordenadora do SINTUFRJ e delegada à plenária, Gerly Miceli, a CUT está recuperando princípios que foram muito importantes para o renascimento do movimento sindical após a ditadura. Segundo ela, um deles é saber conviver com as diferenças de ideias, mesmo tendo uma corrente majoritária dentro da Central. “A busca pelo consenso norteou todas as discussões”, explicou.

### Liberdade e autonomia sindical

Para o assessor político da CUT Nacional, Anderson Campos, a inovação desta plenária foi a reafirmação da maior central sindical da América Latina e a quinta maior do mundo de forma autônoma e atual. “Liberdade e Autonomia Sindical, o tema desta plenária, foi o grande centro da discussão. Que para mim é uma

inovação. Esta plenária reafirmou que a maior central da América Latina e quinta maior do mundo se atualiza diante das transformações do mundo do trabalho. E requer uma organização, uma forma de organização sindical que já não é a mesma há 30 anos, época de formação da fundação da CUT.”

Para ele, a ideia-base é a autonomia. “Por isso é importante a luta pela liberdade de autonomia e organização sindical, que é o centro das campanhas que foram lançadas na plenária.”

Anderson relatou que houve a reflexão de como organizar e envolver pessoas que estão sendo colocadas à margem do trabalho formal. Como organizar sindicalmente os terceirizados. “Para poder lutar contra a terceirização, nós precisamos dos trabalhadores organizados. Ter claro que a liberdade de organização sindical é também garantir que cada trabalhador tenha a possibilidade de escolha que se traduz na eliminação da imposição do imposto sindical. Isto redundará numa mesma luta fundamentada na liberdade e na autonomia”.

Para a coordenadora Gerly Miceli, o debate em torno da autonomia sindical foi muito rico e mostra na prática o que a Central prega sobre autonomia e liberdade sindical. “A CUT está lançando a campanha contra o imposto sindical. É uma campanha nacional com inserções na mídia. Isso porque um sindicato combativo deve conquistar os trabalhadores, e assim incentivá-los a sindicalizarem-se voluntariamente.”

### Democracia

O debate sobre a paridade entre homens e mulheres em cargos de direção foi definido como prioridade para discussão a partir da 13ª plenária. As correntes políticas fecharam consenso sobre o tema, tanto para os cargos na nacional quanto nas estaduais, sinalizando que a paridade pode ir a voto no 11º Congresso Nacional.

A realidade não mente. Levantamento preliminar sobre o número de delegados apontou a participação de 45% de trabalhadoras, um crescimento sensível em relação aos últimos encontros. Um fator essencial para o crescimento

desta participação foi a lei de cotas de gênero, que passou a garantir o mínimo de 30% de participação por gênero nos cargos de direção e em atividades oficiais da CUT. Isto ajudou a impulsionar o debate sobre a paridade.

Segundo Gerly Miceli, a proposta colocada pelas mulheres não pôde ser aprofundada porque não houve discussão nas plenárias estaduais. “Vamos realizar um processo de convencimento por que a paridade é o justo”, afirmou.

Fotos: CUT



## Números

Mais de 600 delegados.  
A participação cresceu, ao contrário da última plenária, em 2008, que foi de 570.  
Ramos com mais delegados: Educação (20,85%) e Rural (16,29%).  
Delegados do Rio de Janeiro: 21 delegados.

**ABALO NO HU**

# Centro Cirúrgico ainda está parado

**Superintendência de Vigilância Sanitária sugeriu que as atividades no setor fossem temporariamente suspensas até a conclusão da obra de correção da estrutura física**

O afastamento das juntas de dilatação no 12º andar do Hospital Universitário na madrugada do dia 4 fez mais que assustar os funcionários, suspender cirurgias e afetar o atendimento em alguns setores. O Centro Cirúrgico, onde se realizam cerca de 30 cirurgias por dia, está parado desde o dia 6.

Desde a movimentação na junta, os funcionários apontaram uma evidência: as enormes frestas abertas expõem um setor tão sensível como o Centro Cirúrgico ao tempo. Grãos de poeira caem do teto sujando o chão. Em alguns pontos, pode-se ver a claridade externa. Sem proteção, os trabalhadores temem a contaminação do ambiente.

Segundo nota da assessoria de imprensa do HU, a direção acionou a Superintendência de Vigilância Sanitária (Suvisa), que, em vistoria às dependências da unidade, sugeriu que as atividades fossem temporariamente suspensas até a conclusão da obra de correção da estrutura física no Centro Cirúrgico.

A direção garantiu que todas as medidas solicitadas pela Suvisa seriam cumpridas o mais breve possível. As obras (como o reparo na separação das juntas) começaram, mas até o fim da semana passada as atividades no Centro ainda não tinham sido retomadas e, segundo a assessoria de imprensa, não havia previsão.

**SINTUFRJ quer esclarecimentos para o corpo social**

Pouco depois desse novo abalo, no dia 4, o SINTUFRJ procurou a direção para pedir esclarecimentos. Atendendo à solicitação, o diretor fez uma reunião com os trabalhadores do 12º andar esclarecendo dúvidas.

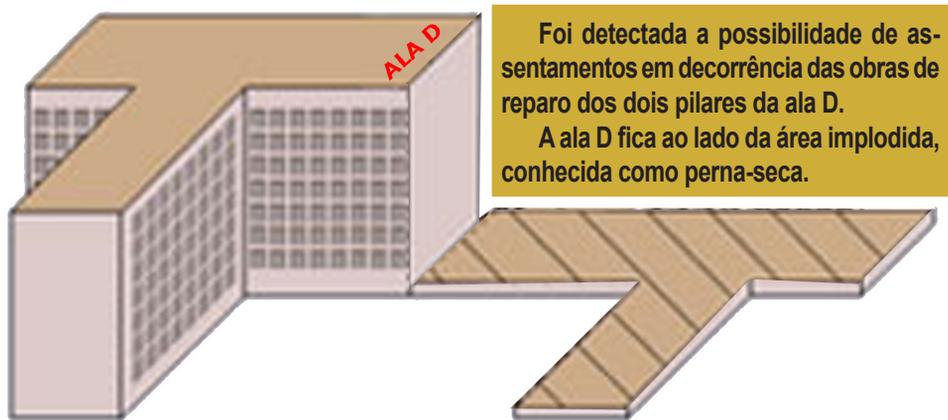
Ele informou que a Defesa Civil, o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e Agronomia (CREA) e os engenheiros do Programa de Pós-Graduação de Engenharia (Coppe/UFRJ) concluíram que não existe risco de abalo estrutural.

O laudo diz que a presença de resíduos (areia e fragmentos de concreto) se deve à movimentação previsível da junta de dilatação, em consequência às obras de reforço em curso, e às variações de temperatura. O reforço definitivo de dois pilares, segundo a direção, já está sendo executado e será finalizado



Foto: Emanuel Marinho

**OBRAS NO CENTRO Cirúrgico: juntas de dilatação são vedadas para conter poeira**



no prazo de um mês.

Mas a pergunta que fica é por que esses abalos persistem e até quando durarão. Embora os trabalhadores do Centro Cirúrgico tenham sido informados, os demais também ficam apreensivos.

Por isso, o SINTUFRJ resolveu solicitar uma reunião da Reitoria da UFRJ e da direção do HU com todo corpo social. A reunião está prevista para o dia 20, às 10h, no hall dos elevadores no HU.

**Reunião com o corpo social do HU**

**Nesta quinta-feira, dia 20, às 10h, no hall dos elevadores do HU.**

**Pauta: situação estrutural do prédio. O reitor da UFRJ e o diretor do HU estão convidados.**

**Ala D é interdita**

*Pacientes são remanejados; novas internações e atendimento de emergência estão suspensos.*

No fechamento desta edição, o Jornal do SINTUFRJ recebeu nota da assessoria de imprensa do HU informando a desocupação da ala D com a remoção dos pacientes para outras alas até que as obras de reparo nas colunas daquela ala estejam concluídas. A previsão é de 45 dias para a conclusão da obra.

O objetivo da interdição, decidida pela Defesa Civil em reunião com o engenheiro Ernani Dias, da UFRJ, é, segundo a nota, evitar transtornos decorrentes da obra de reparo.

“Após monitoramento diário da estrutura do prédio do HUCFF/UFRJ, foi detectada a possibilidade de pequenos assentamentos, já previstos, em decorrência das obras de reparo dos dois pilares da ala D, o que ocasiona uma leve movimentação. Desta forma, a fim de manter a atenção aos pacientes e funcionários da Instituição, toda a movimentação/rotina do local citado (ala D) será remanejada para outras alas do hospital enquanto estiver sendo feito o reforço nos pilares”, informou a assessoria

O diretor do HU, José Marcus Raso Eulálio, afirmou que o período de desativação será o menor possível e que as atividades de rotina nos outros setores do hospital serão mantidas. “A Reitoria da UFRJ está acompanhando de perto a situação do hospital e reforça o compromisso de garantir a segurança e pleno funcionamento”, informa a assessoria, lembrando que, conforme divulgado anteriormente, não há evidências de lesão estrutural: “Para viabilizar o remanejamento, temporariamente, as internações no HUCFF estão suspensas, assim como o atendimento na emergência. Os pacientes previamente agendados para consultas ambulatoriais serão atendidos normalmente”.

Segundo a assessoria, os funcionários da ala passam a trabalhar nos outros postos.



# A força do ato pelas 30 horas é um passo importante para sua conquista

Fotos: Emanuel Marinho

A campanha para a oficialização da carga horária de 30 horas para os trabalhadores dos hospitais universitários (HUs), iniciada pelo SINTUFRJ desde a greve, alcança seu ponto máximo amanhã, 18 de outubro, com o ato público marcado para as 10h no hall da Reitoria. A força desse ato é que vai definir as nossas ações daqui para a frente.

O Sindicato visitou todas as unidades hospitalares fazendo reuniões por local de trabalho. O objetivo foi informar e mobilizar os trabalhadores(as) sobre a importância das 30 horas no momento em que se coloca para os HUs a possível implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) com a consequente fragilização das relações de trabalho. O regime de 30 horas preserva e protege os direitos dos trabalhadores(as) dos HUs.

A última unidade a ser visitada foi o Instituto de Ginecologia (IG), na manhã do dia 11 de outubro. Nem o temporal da madrugada afugentou os trabalhadores(as) que foram ouvir mais informações da direção. Nas reuniões nas unidades, a direção procurou mobilizar para a campanha, destacando a importância da pressão sobre a Reitoria. As coordenadoras Gerly Miceli e Petronila Diniz saíram satisfeitas da reunião. Segundo elas, hoje os trabalhadores(as) do IG demonstram um real interesse sobre a EBSERH e as 30 horas, mas ainda têm muitas dúvidas.

Em relação às dúvidas apresentadas foi perguntado se um funcionário administrativo poderia sair da unidade hospitalar se ele não quisesse ser cedido para a empresa. A direção respondeu que o Sindicato não poderia, neste momento, corroborar com uma possível saída em massa dos administrativos, pois acarretaria um problema na organização do funcionamento cotidiano do hospital. Mas poderia-se discutir uma cláusula, caso haja contratação da empresa, para dar a opção ao funcionário, garantindo-se a rotina da unidade. Esta reivindicação também será fruto de pressão.

Além dos funcionários do qua-



Nas reuniões nas unidades, como a do Instituto de Ginecologia, a direção procurou mobilizar para a campanha das 30 horas



AUDITÓRIO lotou na reunião do HU

dro, os extra-quadro têm demonstrado interesse e participado das reuniões. As coordenadoras afirmam que o apoio do Sindicato às suas reivindicações os aproximaram do movimento: “Hoje, vemos que eles se sentem parte da universidade e confiam no SINTUFRJ. Alguns até perguntaram se o Sindicato poderia representá-los para resolver suas questões trabalhistas caso sejam contratados via CLT pela empresa.”

No debate, chamou a atenção da direção o questionamento dos trabalhadores sobre a ausência de

posição da Reitoria. É o mesmo questionamento que o Sindicato tem feito para a Administração Central, haja vista o dano que a EBSERH trará para os trabalhadores. Mas a direção alertou os trabalhadores que esta cobrança só surtirá efeito por meio da pressão conjunta dos técnicos-administrativos, docentes e alunos.

Assim, o SINTUFRJ reforça: “É preciso muita unidade. E é importante dar visibilidade às reivindicações com muita mobilização e pressão na Reitoria.”



NO DIA NACIONAL de luta em defesa dos HUs, SINTUFRJ esclarece a população sobre efeitos perversos da EBSERH

## EBSERH em análise nas comissões do Senado

O projeto de lei da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, que no Senado ganhou o nome de PLC 79/2011, chegou ao Senado no dia 21 de setembro e foi distribuído no mesmo dia para as Comissões de Constituição e Justiça, Educação e Assuntos Sociais.

Essas comissões, depois de indicados os relatores, vão analisar a matéria em conjunto. A CCJ ainda não indicou seu relator. O prazo regimental é de 20 dias de tramitação na CCJ e 15 dias nas demais, tempo que nem sempre é observado. Depois, os relatórios são encaminhados ao plenário.

# Seminário internacional discute crise mundial

## Foram três dias de debates de alto nível que mobilizaram os participantes

O III Seminário Internacional Latino-Americano: Alternativas de Enfrentamento à Crise foi realizado em Brasília, de 4 a 7 de outubro. A organização foi da Auditoria Cidadã da Dívida e do Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo (CADTM), com o apoio de mais de 30 entidades.

A programação reuniu três instituições: OAB, Câmara Federal e UnB, onde a cada dia do evento eram realizadas as palestras e debates. Aos interessados em aprender mais sobre os assuntos tratados, foi oferecido um minicurso. Treze técnicos-administrativos da UFRJ, entre os quais três aposentados, representaram o SINTUFRJ.

Um dos destaques do evento foi a deputada do Parlamento Helênico, Sofia Sakorafa. Ela emocionou os presentes ao expor a situação do seu país, a Grécia, de forma contundente e pontuada por lágrimas. A parlamentar disse que a população está arcando injustamente com os custos da crise, sofrendo com a queda da renda e com o desemprego em massa. Sofia foi a única a votar contra o pacote do FMI no ano passado.

O foco dos debates foi o impacto da crise global sobre a classe trabalhadora em diversos países, devido à explosão das dívidas públicas contraídas para salvar bancos a partir de 2008. Para pagar essa dívida ilegítima, os países têm aplicado programas que incluem demissões, redução salarial, redução de aposentadorias, e sucessivos cortes de gastos sociais que afetam todos que dependem dos serviços públicos. E ainda aceitam quaisquer imposições dos credores, como as privatizações.

### Brasil corre risco

A coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, economista Maria Lúcia Fattorelli, disse em sua expo-



Fotos: Divulgação

O FOCO dos debates foi o impacto da crise global sobre a classe trabalhadora em diversos países



TREZE técnicos-administrativos da UFRJ, entre os quais três aposentados, representaram o SINTUFRJ

sição que “nada menos que 59% da população brasileira reprovamos a atual política de juros (os maiores do mundo), que faz com que metade do orçamento da União seja destinado ao pagamento da dívida pública”. Na análise que faz da crise internacional, ela conclui que o Brasil não está fora do processo. “As medidas recomendadas pelo FMI na Europa (cortes de gastos sociais que afetam todos que dependem de serviços públicos, demissão, redução salarial e de aposentadoria) também estão em marcha no país”, diz.

Ela cita, como exemplo, o congelamento do salário dos servidores públicos (PLP 549/2009) e a privatização da Previdência Social desses servidores (PL 1992/2007); o bloqueio à aprovação de projetos que aumentam os gastos sociais, como a PEC 300 (que prevê um piso salarial para os policiais e bombeiros dos estados), ou a regulamentação da Emenda 29 (na versão aprovada pelo Senado), que aumentaria os gastos com a saúde. E a resistência do governo em permitir, na discussão do Plano Nacional de Educação (PL 8035/2010), o valor mínimo de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para essa área.

### Carta de Brasília

Como resultado das discussões, foi aprovada a Carta de Brasília. O documento aponta as causas e as consequências da crise econômica que se alastra pelo mundo e termina com as entidades participantes reivindicando: suspensão imediata dos programas neoliberais impostos pelo FMI; completa auditoria das dívidas do Sul e do Norte, que dará aos povos uma importante ferramenta para derrotar o verdadeiro sistema da dívida; e democratização das decisões de política econômica para o enfrentamento da crise.

## Impressões da categoria

“Foi um seminário de alto nível pelos palestrantes e pelo conteúdo das palestras. Expôs muitos fatos que a população em geral desconhece, detalhando os problemas vividos pelos países da União Europeia, principalmente a Grécia, que eu e a maioria desconhecíamos porque quase não são divulgados pela mídia. Aprendi com o evento a fazer uma análise dos fatos e me emocionei com o depoimento da deputada grega Sofia Sakorafa. Ela expôs uma realidade de sofrimento e opressão

que os gregos nunca deixaram de viver desde que foram subjugados pelos turcos, há 400 anos. Só tenho a agradecer ao SINTUFRJ por esta oportunidade única”, concluiu a aposentada Elza Bastos Borges.

Débora Oliveira da Silva também avaliou o seminário como ótimo e muito importante. “Eu estava por fora sobre o que realmente está acontecendo lá fora, como na Grécia, Estados Unidos, Itália, Portugal, e desconhecia as causas da crise. Foi um evento tão didático que nos

deixou apreensivos em relação ao futuro do Brasil. Para completar a minha formação fiz o minicurso, que durou um dia inteiro, das 9h às 18h. Muito bom”.

Os relatos sobre a Grécia feitos pela deputada Sofia também impressionaram Débora. “O país está em pé de guerra. Estão tirando as mulheres do trabalho. Os gregos são chamados de vagabundos e preguiçosos. Antes da entrada do euro, os gregos viviam numa economia estável. Então, o euro não é bom para a Europa”.



A ECONOMISTA Maria Lúcia Fattorelli entre Elza

# Uma visita pela Capela de São Pedro de Alcântara

Fotos: Emanuel Marinho

A partir do dia 10 de outubro, quem estiver interessado pode agendar uma visita ao canteiro de obras da Capela de São Pedro de Alcântara. A capela, inaugurada em 1852, no Palácio Universitário, campus da Praia Vermelha, sofreu um incêndio em 28 de março de 2011, durante as obras de restauração da ala central do palácio.

As visitas agendadas são guiadas por Mauro Mendes e Gabriela Beal, da empresa Biapó, contratada em maio deste ano, em caráter emergencial, para salvamento dos remanescentes da capela.

O visitante, enquanto aguarda à frente do tapume que isola a obra, pode apreciar a exposição permanente Recortes do Tempo – 20 anos de Biapó, com fotos de construções e imagens recuperadas e restauradas pela empresa.

No roteiro da visita estão incluídos um pouco da história e da arquitetura do local, fotos e painéis informativos sobre o método do quadriculamento, comumente aplicado na arqueologia e utilizado nas atividades de rescaldo na nave da capela para identificação dos fragmentos encontrados, além de explicações sobre as atividades realizadas em um processo de salvamento como escoramento, cobertura provisória e limpeza da construção.

Depois de subir a escadaria central, é possível ter uma noção dos danos causados à capela. Os guias chamam atenção para o Cristo, de bronze, ainda pendurado na parede de uma das laterais.

Após explicações, o visitante é guiado para o corredor ao lado, no qual se encontram objetos artísticos relevantes que foram achados no processo de salvamento, como, por exemplo, fragmentos da cabeça do São Pedro de Alcântara, de mármore, a placa INRI, de ferro, entre outros, além de poder ver de perto as obras no interior da capela e



imaginar como ela era.

A exposição, montada em conjunto com a Divisão de Projetos de Imóveis Tombados (Diprit) – ETU e o Fórum de Ciência e Cultura (FCC) da UFRJ ficarão abertos ao público até o dia 7 de novembro.

A UFRJ, através do Comitê de Fiscalização, supervisiona diariamente o trabalho na capela. O arquiteto Paulo Bellinha, diretor de Preservação de Imóveis Tombados – ETU/UFRJ e um dos responsáveis pelo contrato, conta que desde o início da contratação há reuniões periódicas com a construtora para acompanhamento da obra e para a tomada de decisões.

## Edificação centenária

O Palácio Universitário da UFRJ é uma construção histórica, datada do século XIX e tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan). Foi construído para abrigar o Hospício D. Pedro II.

Com o fim das atividades, o Governo Federal cedeu a edificação centenária à Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1949 foram

iniciados os trabalhos de restauração e reforma sob a liderança do então reitor Pedro Calmon, e em 1953 as antigas instalações do hospital passaram a configurar o Palácio Universitário.

Atualmente, funcionam no prédio a Escola de Comunicação, o Instituto de Economia, a Escola de Administração, a Editora UFRJ e o Fórum de Ciência e Cultura.

## SERVIÇO

**Período:** 10 de outubro a 7 de novembro de 2011

**Horário:** das 12h às 13h e das 16h às 17h

Agendamento pelo telefone: (21) 2543-6205.

**Endereço:** Av. Pasteur, Urca. Palácio Universitário, campus Praia Vermelha.

Grupos de no máximo 20 pessoas. É permitido fotografar somente a exposição.

# A UFRJ debate saúde do trabalhador

## Seminário marca o início de um programa de prevenção à saúde na Universidade

O 1º Seminário Interno de Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho, realizado em 27 de setembro, na Divisão de Saúde do Trabalhador (DVST), com o apoio do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (Siass), instância do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), teve como objetivo esclarecer e debater a saúde do trabalhador no que tange à prevenção de doenças osteomusculares.

A coordenação do seminário contou ainda com a participação da psicóloga Silvia Carvalho e da técnica-administrativa Larissa Baruque.

Segundo João Marcos, um dos coordenadores, o evento, aberto a toda comunidade acadêmica, se fez necessário após um levantamento no qual se constatou que as doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho (Dort), também conhecidas por lesão por esforço repetitivo (LER), são as mais frequentes entre os servidores. “É uma patologia relacionada à saúde pública, com altos custos para o governo e para a Universidade”, complementou.

O seminário foi o ponto de partida para a criação de um programa de saúde baseado nas diretrizes da Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador, e que será coordenado por um comitê de gestão participativa, modelo inovador na UFRJ, dentro da Divisão de Saúde do Trabalhador (DVST), responsável pela promoção e definição de políticas internas para a prevenção da saúde do servidor da Universidade.

“A primeira atividade será realizar um fórum de debate sobre a prevenção dessas doenças. A meta é implantarmos o programa em toda



a Universidade”, informou João Marcos.

A Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador

encontra-se detalhada em [http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/insumos\\_portaria\\_interministerial\\_800.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/insumos_portaria_interministerial_800.pdf).

# Técnicos-administrativos modernizam acervo da Escola de Música

Com 163 anos, a tradicional Escola de Música da UFRJ ganha cuidados especiais por parte de um grupo de profissionais da UFRJ. Todo o acervo de direitos autorais, com registros de 1917 até 1999, está sendo microfilmado. O projeto, que terminará em dezembro deste ano, representa “um desafio que vem sendo vencido com êxito e qualidade, e um compromisso assumido com a Universidade, a cultura e a sociedade do país”, declara Adilson Couto, diretor da Divisão de Gestão Documental e da Informação (DGDI), subordinada à nova Pró-Reitoria de Gestão e Governança (PR-6).

A Escola de Música tem como dever a guarda permanente dos arquivos e é a única instituição do país, desde 1914, com competência para registrar o direito autoral de músicas. O autor que desejar que o ordenamento jurídico brasileiro reconheça os seus direitos sobre uma composição musical deve efetuar seu registro na EM.

O projeto de reorganização, indexação e microfilmagem do acervo foi elaborado, planejado e gerenciado pelos técnicos-administrativos da DGDI, segundo conta, orgulhoso, Adilson, diretor da divisão há sete anos.

## Resultados impressionam

Hoje, quase dois anos depois de iniciado o projeto, os resultados são impressionantes. Foram produzidos 600 rolos de filmes, cada um com média de 2.500 laudas; foi feita cópia de segurança (backup) de todos os rolos, armazenada na DGDI, distante dos originais localizados na EM, como exige a lei.

Além da facilidade e rapidez na pesquisa das músicas, com o projeto houve redução no custo do processo de armazenagem e manutenção do acervo. O espaço foi reformado e organizado com identificação, através de etiquetas, de todas as caixas (box).

A microfilmagem teve início após o levantamento e diagnóstico da situação do acervo, realizado em parceria com Paulo Francisco e com o professor André Cardoso, respectivamente arquivista e diretor da EM, que já



Como é a microfilmagem

O processo tem início com a análise minuciosa de cada documento: as páginas são agrupadas pelo seu número de registro original, remendadas com fita mágica e limpas com pincel. Cada uma delas é carimbada de forma sequencial com o número do fotograma no filme. Os dados são cadastrados no sistema.

Os documentos são levados para uma sala escura. A auxiliar em processamento de dados manuseia as folhas com cuidado na passagem para o fotograma.

Fechado um rolo de filme, com 2.500 fotogramas, o microfilme e a numeração são revisadas. Depois, é etiquetado e armazenado em caixas. Estas também são etiquetadas e enviadas à Escola de Música; os arquivos originais ficam sob o cuidado da DGDI.

vinham mapeando a situação dos arquivos desde 2008.

“À medida que as caixas com os arquivos iam sendo abertas, a equipe ia tomando conhecimento do desafio e da importância cultural e histórica do acervo”, declarou Adeilson Bastos, chefe da seção de Processamento de Imagem.

Adeilson explica que o microfilme dura em média 100 anos, e é considerado pela Justiça como cópia fiel do documento original após a troca de suporte, isto é, após a passagem do papel para o rolo de filme. Com isso o manuseio do documento original, em papel, é praticamente eliminado, com exceção de alguns casos ordenados pela Justiça.

A equipe comemora, apesar dos números impressionantes do acervo e de o processo ser lento e cuidadoso, o cumprimento do cronograma.



**Números do acervo da EM:**  
 210.000 registros armazenados;  
 3.100 caixas (box);  
 1.500.000 laudas;  
 19.000 registros de músicas por ano.

## Projeto novo

Passados dois meses do início do projeto, a equipe da DGDI percebeu que o problema da manutenção do arquivo seria resolvido, mas o da pesquisa não, uma vez que a busca só era realizada no acervo se o usuário estivesse de posse do papel com o número do certificado, entregue no momento do registro, mesmo que datasse de 30 anos atrás.

Imediatamente, um projeto paralelo foi executado: o de nova metodologia de registro das músicas, com o desenvolvimento de um sistema que permitisse o registro, a emissão de certificados e de segunda via das etiquetas das pastas, e várias opções de pesquisa como, por exemplo, pelo nome e CPF do autor, ano e nome da música, entre outras.

Registros feitos até maio de 2010 seguem a metodologia antiga, composta de um formulário de dados mais simples. Após essa data, o cadastro pela nova metodologia é obrigatório.

A proposta de criação do Sistema Integrado de Arquivos e Protocolos (Siarq), encaminhada pelo DGDI, está na pauta do Conselho Universitário. E tem, entre outras finalidades, elaborar projetos e pesquisas arquivísticas adequadas à realidade da universidade; preservar o patrimônio arquivístico e disseminar o conhecimento sobre a atividade.



Alguns membros da equipe: Adeilson Bastos, coordenador técnico; Eduardo Bernardo, supervisor; Flordina Mangerotti, supervisora; Adilson Couto, diretor da DGDI, coordenador Geral e Gestor do projeto e Silvia Lhamas, coordenadora arquivística.

**Profissionais da DGDI são responsáveis por resgate do acervo da Escola de Música**